



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**

Processo nº. **536/2017** Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. **033/2017**

1 PREÂMBULO

1.1 O Pregoeiro do Município de Modelo, designado pelo Decreto **241/2016**, torna público que no dia **18 de maio de 2017**, às **08h:15min**, na Prefeitura Municipal de Modelo SC, será realizada licitação na modalidade **Pregão**, do tipo **Menor preço** e do critério **Menor preço - Global**, com o processo nº. **536/2017** e a modalidade nº. **033/2017** observado às disposições contidas na Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Complementar nº. 123/06, Lei Complementar Municipal nº 2.057/12, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, Lei nº 8.078/90, e suas respectivas alterações e legislação aplicável e demais exigências deste Edital.

1.2 Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta fica determinado o dia **18 de maio de 2017** até às **08h:15min**, na Sala de Licitações, localizada a Rua do Comercio, nº 1.304, Centro, Modelo/SC.

1.3 O início da abertura dos envelopes ocorrerá às **08h:30min**, no mesmo endereço e no mesmo dia.

1.4 As retificações do presente Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, e serão publicadas no Órgão Oficial de Divulgação dos Atos do Município, (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM), reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.5 O Edital, o arquivo digital para elaboração da proposta bem como o sistema de instalação deste, e demais anexos do Edital, podem ser adquiridos no site da Prefeitura Municipal de Modelo, no endereço www.modelo.sc.gov.br.

1.6 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do Objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da Licitação junto à Comissão de Pregão do município de Modelo, no seguinte endereço: Rua do Comercio, nº. 1304, Sal de Licitações, Centro, Modelo, SC, CEP: 89872-000, ou através do endereço eletrônico licitacao@modelo.sc.gov.br.

1.7 Caberá ao Departamento de Compras e Comissão de Pregão responder as impugnações e pedidos de esclarecimento deduzidos pelos potenciais licitantes antes da realização da Sessão através de e-mail e/ou através de publicação no Órgão Oficial de Divulgação dos Atos do Município, (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM).

2 OBJETO

2.1- O objeto do presente Pregão é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS, DE NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO, FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO, DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA DE MODELO, DAS VAGAS DISPONÍVEIS OU CARGOS CRIADOS APÓS HOMOLOGAÇÃO DO REFERIDO CONCURSO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**, conforme especificações a seguir:



Lote	Item	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	1	CONCURSO NÍVEL SUPERIOR. AVALIAÇÃO OBJETIVA.	un	10,0000	1.500,0000	15.000,00
1	2	CONCURSO NÍVEL SUPERIOR. AVALIAÇÃO OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS.	un	10,0000	1.500,0000	15.000,00
1	3	CONCURSO NÍVEL MÉDIO. AVALIAÇÃO OBJETIVA.	un	10,0000	1.500,0000	15.000,00
1	4	CONCURSO NÍVEL MÉDIO. AVALIAÇÃO OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS.	un	8,0000	1.500,0000	12.000,00
1	5	CONCURSO NÍVEL FUNDAMENTAL. AVALIAÇÃO OBJETIVA.	un	5,0000	1.500,0000	7.500,00
1	6	CONCURSO NÍVEL ALFABETIZADO. AVALIAÇÃO OBJETIVA.	un	4,0000	1.500,0000	6.000,00
1	7	CONCURSO NÍVEL ALFABETIZADO. AVALIAÇÃO OBJETIVA E PRÁTICA	un	4,0000	1.500,0000	6.000,00

3 JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO:

3.1 Justifica-se a realização do presente certame a eventual contratação de empresa para realização de concurso público, a fim de dar provimento no quadro de pessoal do município de Modelo quando necessário.

4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 Os recursos necessários à aquisição ora licitada ocorrerão à conta do Orçamento do ano vigente.

5 TIPO DE LICITAÇÃO

5.1 O presente pregão presencial rege-se pelo tipo **Menor preço** e do critério **Menor preço - Global**.

6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Nos termos do inciso I do Art. 48 da Lei Complementar nº. 123/2006 a presente licitação é destinada à exclusiva participação de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

6.2 Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos conforme estabelece artigo 49, II, da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, bem como ao regulamento consistente no artigo 1º do Decreto 8.538/2015, de onde se extrai que o ITEM, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), é de exclusiva participação de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que comprovarem o seu enquadramento e comprovarem o Município de sua sede.



6.3 Para fins de comprovação da condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, as licitantes deverão apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial emitida dentro do ano vigente.

6.4 No caso de não haver nenhuma empresa participante sediada no Município de Modelo, as empresas situadas nas Regiões da AMERIOS e AMOSC terão a vantagem de 10% (dez por cento) do melhor preço válido” sobre as demais empresas, conforme Art. 48, § 3º, da Lei nº. 147/2014.

6.5 Justifica-se a prioridade por empresas locais ou da região com base no Decreto 8.538/15, bem como na Lei 123/2006 e alterações, que estabelece o tratamento diferenciado, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, à ampliação da eficiência das políticas públicas e ao incentivo à inovação tecnológica.

6.6 A prioridade de contratação conforme estabelecido no art. 47 da Lei Complementar 147/2014, por empresas no âmbito local ou regional constante no edital, foi definida visando primeiramente o incentivo econômico as empresas locais e dos municípios vizinhos, tendo em vista que a economia dos mesmos reflete na economia e crescimento deste município.

6.7 Justifica-se também a prioridade pela contratação por empresas no âmbito local o fato de o Município de Modelo possuir legislação específica sobre o assunto, conforme o art. 2º, X, da Lei Complementar Municipal nº 2.057, de 12 de dezembro de 2012, fazer campanhas e manter convênio com a associação comercial e industrial de Modelo, objetivando fomentar o comércio local, onde são gerados empregos e conseqüentemente, aumentando a arrecadação pela Administração, onde os recursos são aplicados no próprio Município.

6.8 Entende-se como empresa sediada no âmbito local aquela que possua registro no Município de Modelo/SC.

6.9 Entende-se como empresa sediada regionalmente, aquela que possua registro em um dos Municípios que integram as regiões da AMERIOS (Associação dos Municípios do Entre Rios SC), e AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste de SC).

6.10 Os municípios que fazem parte da região da AMERIOS e AMOSC poderão ser acessados nos seguintes endereços eletrônicos, respectivamente – www.amerios.org.br – www.amosc.org.br.

6.11 Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas ou em consórcio, e aqueles descritos no art. 9, da Lei 8.666/93.

6.12 Independente de declaração expressa, a simples participação dos interessados nesta licitação implica na aceitação plena por parte da proponente dos termos deste edital, bem como de toda legislação federal e estadual pertinente às contratações públicas decaindo do direito de impugnar os seus termos a empresa que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à abertura dos envelopes da proposta de preço e a documentação de habilitação.

7 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, protocolando o pedido até 5 (cinco) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da Sessão Pública, no endereço da Prefeitura de Modelo, Rua do Comércio, nº. 1304,



Centro, CEP 89.872-000, Modelo/SC, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até três dias úteis.

7.1.1 Só serão admitidas as impugnações que forem protocoladas no Setor de Licitações da Prefeitura de Modelo, no seguinte endereço, Rua do Comércio, nº. 1304, 1º andar, Sala de Licitações, Centro, CEP 89.872-000, Modelo/SC, não sendo aceita qualquer outra forma de envio das mesmas.

7.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a LICITANTE que não apontar as falhas ou irregularidades nele supostamente existentes até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura da Sessão Pública, ficando esclarecido que a intempestiva comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

7.3 A impugnação feita tempestivamente pela LICITANTE não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

8 CREDENCIAMENTO

8.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados e entregues ao Pregoeiro fora de qualquer envelope os seguintes documentos:

8.1.1 O representante legal deverá apresentar o estatuto social, ou contrato social em vigor e caso o contrato não esteja consolidado, as alterações realizadas deverão estar anexadas ao contrato ou outro instrumento de registro comercial, registrado na competente Junta Comercial, ou tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos os poderes do representante legal para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

8.1.2 O procurador deverá apresentar o instrumento de procuração público ou particular, com firma reconhecida, no qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 8.1.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

8.1.3 A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte pelo empresário ou sociedade será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial, conforme a Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC. Endereço Eletrônico: <http://www.dnrc.gov.br/Servicos/dnrc/form-dnrc/index.htm>, emitido dentro do ano vigente.

8.2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto e o número do CPF.

8.3 O proponente deverá entregar uma declaração de que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002. (MODELO ANEXO I)

8.4 O proponente poderá apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada ao Pregoeiro a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento da sessão pública. O representante só poderá representar um único proponente licitante. Em caso de o licitante não credenciar nenhum representante ou procurador, abdicará do direito de oferecer lances e recorrer dos atos do pregoeiro.

8.5 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará imediata exclusão do proponente por ele representado, salvo autorização expressa do Pregoeiro.



8.6 O não cumprimento com as solicitações mencionados no item 8 Credenciamento, do presente edital, implicará na desclassificação imediata do proponente, bem como na perda do direito de interpor eventual recurso das decisões do Pregoeiro, ficando o licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

8.7 Todos os documentos, exigidos para credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por Funcionário Público desta Administração pertencente à Comissão de Licitações e/ou Cadastro de Fornecedores, cópias não autenticadas não serão aceitas. A autenticação por Funcionário Público desta Administração somente será realizada até o dia que antecede a data de abertura dos envelopes.

9 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

9.1 No local data e hora fixadas no item 1.1, do presente edital, apresentarão os licitantes suas propostas em 2 (dois) envelopes, opacos, indevassáveis e lacrados, designados, respectivamente “A” e “B”, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

9.1.1 Envelope “A” – Proposta de Preços:

Envelope “A” - PROPOSTA DE PREÇOS – Prefeitura Municipal de Modelo SC
Tipo: Pregão Menor preço Processo nº 536/2017 e Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 033/2017
Empresa/Licitante: _____
Endereço: _____, nº _____, Bairro _____
Cidade: _____ CEP: _____-_____.
Endereço eletrônico: _____
Telefone: (____) _____

9.1.2 Envelope “B” – Documentação de Habilitação:

Envelope “B” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – Prefeitura Municipal de Modelo SC
Tipo: Pregão Menor preço Processo nº 536/2017 e Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 033/2017
Empresa/Licitante: _____
Endereço: _____, nº _____, Bairro _____
Cidade: _____ CEP: _____-_____.
Endereço eletrônico: _____
Telefone: (____) _____

9.2 Os documentos dos envelopes “A” - Proposta De Preço e “B” Documentação De Habilitação serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.

9.2.1 A Proposta de Preço “ENVELOPE A” **deverá ser elaborada através do sistema de cotação eletrônica de preços**, oferecido pelo Município em arquivo digital, e deverá ser (entregue em CD) e em 01 (uma) via impressa da proposta gerada pelo sistema, assinada pelo representante legal da empresa participante, **não sendo aceito outra forma de entrega da mesma**. Caso ocorra algum imprevisto ou problema na abertura dos dados gravados no CD, o Município de Modelo não se



responsabiliza pelo ocorrido, ficando a licitante desclassificada do certame. Os preços unitários serão apresentados em algarismos e cotados em moeda nacional, com até 04 casas decimais após vírgula.

9.2.2 Para elaborar a Proposta de Preço através **do sistema de cotação eletrônica de preços**, o proponente deverá baixar o arquivo Cotação Eletrônica de Preços e Programa de Instalação, os quais estarão disponíveis no site do Município, no mesmo local onde se encontra o Edital.

9.2.3 Não sendo possível a licitante interessada baixar o arquivo Cotação Eletrônica de Preços e Programa de Instalação no site do Município de Modelo, deverá comparecer no setor de licitações deste Município, munido de mídia eletrônica (CD virgem) para retirar o mesmo.

9.2.4 Em hipótese alguma o fornecedor deve enviar a Proposta em Arquivo Digital através de e-mail para o Setor de Licitações, devendo o mesmo inserir o arquivo digital (gravado CD), gerado após a cotação, no ENVELOPE "A" (Proposta De Preços).

9.2.5 A comissão não se responsabilizará por quaisquer erros de comunicação que possam acontecer, devendo o proponente, caso não consiga baixar o arquivo no site, comparecer ao Setor de Licitações, munido de mídia eletrônica para efetuar a retirada do arquivo pessoalmente e impreterivelmente até às 12:00 horas (meio dia) do último dia útil que anteceder a data da licitação;

9.2.6 Na Proposta de preços deverá, obrigatoriamente, constar a marca do item, citado neste edital, a ser entregue, sendo desclassificada a proposta que não cumprir com o disposto.

9.2.7 Quando o objeto for serviço, deverá constar no campo marca do item o nome da empresa fornecedora.

9.2.8 A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigação trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

9.2.9 O valor cotado não poderá ultrapassar o valor máximo previsto na tabela constante do item 2.1, do presente edital.

9.2.10 Os documentos exigidos no envelope "B" - Documentação de Habilitação, deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, exceto os documentos emitidos através da Internet, na forma do art. 32 da Lei n.º 8666/93, rubricados pelo representante legal da empresa em todas as folhas, facultados ao Pregoeiro solicitar ao representante da empresa que o faça na sua presença. No caso de documentos emitidos por meio eletrônico, o Pregoeiro poderá confirmar o teor do documento na rede de comunicação Internet. Entretanto, o Município não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

9.2.11 O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

9.2.12 O envelope "B" conterá os documentos especificados no item relativo a habilitação do presente edital.

10 PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com os documentos solicitados neste edital, apresentados na forma anteriormente definida.



10.2 Após a fase de credenciamento dos licitantes, na forma do disposto no item 8, do presente edital, o Pregoeiro procederá à abertura das propostas de preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, com a consequente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

10.3 Serão classificados pelo Pregoeiro o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço.

10.4 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 10.3 do presente edital, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até no máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.5 Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances (individuais) verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta classificada de maior preço.

10.6 Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

10.7 O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, na forma dos itens 10.3, 10.4 e 10.5, do presente edital, a apresentar os lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, seguida dos demais, em ordem decrescente de valor.

10.8 O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para a fase de formulação de lances verbais, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

10.9 Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.

10.10 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.

10.11 A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

10.12 A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades cabíveis.

10.13 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes classificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, ou seja, a etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

10.14 Caso não se realize lance verbal será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre as propostas escritas de menor preço unitário e os valores unitários por lote orçados pela Administração.

10.15 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade das classificadas quanto ao objeto e valor, onde será declarada vencedora a proposta mais vantajosa para o Município, observando que a microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecida no âmbito local será vencedora, mesmo que sua melhor proposta ou lance esteja até 10% acima da melhor proposta ou lance de sua concorrente não estabelecida no âmbito local, na ausência de empresa estabelecida no âmbito local, a preferência, será dada para a empresa estabelecida no âmbito regional em detrimento daquela não estabelecida no âmbito regional.



10.16 Não será dada a preferência pela contratação de empresa do âmbito local ou regional se não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste edital.

10.17 Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope “B” contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

10.18 Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o Pregoeiro declarará o licitante vencedor.

10.19 Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências de habilitação, até que um licitante cumpra as condições fixadas neste edital.

10.20 O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e formalizada em ata.

10.21 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da Comissão, bem como pelos licitantes presentes.

10.22 A deliberação do pregoeiro ficará sujeita à homologação pelo Chefe do Poder Executivo, que poderá revogar total ou parcialmente a presente licitação, por interesse público e anulá-la por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo aos licitantes direito de indenização.

11 HABILITAÇÃO

11.1 Os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação para participar do presente certame:

11.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.1.2 Contrato social em vigor e caso o contrato não esteja consolidado, as alterações realizadas deverão estar anexadas ao contrato, estatuto (quando for o caso), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.5 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.1.6 Prova de regularidade com a Fazenda Federal efetuada através da certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, expedida pela Secretaria da Receita Federal.



11.1.7 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual efetuada através da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito estaduais, no caso de empresa isenta, deverá ser apresentada certidão para não contribuinte do ICMS.

11.1.8 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal efetuada através da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos Municipais.

11.1.9 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme estabelecido na Lei nº 12.440/2011 de 7 de julho de 2011. Endereço Eletrônico: <http://www.tst.gov.br/certidao>.

11.1.10 Prova de Regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

11.1.11 Certidão de Registro e Regularidade emitida pelo Conselho Regional de Administração (CRA), comprovando que a empresa está devidamente registrada no conselho e encontra-se habilitada para o exercício das suas atividades profissionais.

11.1.12 Certidões negativas de falências e concordatas expedidas pelos distribuidores da sede da Licitante.

11.1.13 Declaração do licitante que cumpre com o disposto no artigo 7.º inciso XXXIII, da Constituição Federal. (MODELO ANEXO III)

11.1.14 Declaração do licitante assegurando a inexistência de suspensão ou impedimento legal e fiscal para licitar ou contratar com a Administração Pública. (MODELO ANEXO IV)

11.2 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 60 (sessenta) dias contados de sua expedição.

11.3 As autenticações deverão ser realizadas em cartório ou, por servidor público nomeado pelo Município de Modelo, somente mediante a apresentação do documento ORIGINAL, conforme orientação no item 8.7 deste Edital.

11.4 Os documentos que forem apresentados fora dos envelopes conforme exigido no item 8, credenciamento, não precisarão ser repetidos no envelope "B".

11.5 O proponente poderá participar do presente certame sem credenciar representante para dar lances, podendo enviar os envelopes "A" e "B" por correio ou outra forma de entrega dos mesmos no local e até o limite de horário estabelecido no preâmbulo deste edital, neste caso, poderá o licitante interessado anexar um terceiro envelope "C" com os documentos do credenciamento, que servirão para cadastrar a empresa no pregão, todavia, se assim não o fizer, e enviar apenas os envelopes de preço "A", e de habilitação "B", será aberto primeiro o envelope "B" para fins de cadastrar a empresa no sistema do pregão.

12 RECURSOS

12.1 Ao final da sessão e declarado o licitante vencedor pelo Pregoeiro, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de procuração com poderes específicos para tal. Os licitantes poderão interpor recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 A não apresentação de razões escritas acarretará como consequência a anulação do recurso.



12.3 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e no encaminhamento do processo ao Chefe do Poder Executivo para sua Homologação.

12.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro do município de Modelo. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o Pregoeiro o recurso ao Prefeito do Município de Modelo/SC, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Não havendo intenção de recursos, a adjudicação será feita por **menor preço global**, conforme especificado neste Edital, a critério do Pregoeiro, e este encaminhará os autos à Chefe do Poder Executivo para a homologação.

13.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Prefeito Municipal de Modelo, será o licitante vencedor convocado, por escrito, através do e-mail que deverá ser informado na parte externa dos envelopes "A" e "B", para comparecer no endereço da prefeitura de Modelo, sala de Licitações, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para assinar a Ata de Registro de Preços. (MODELO ANEXO V)

13.3 A Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano a partir da data de assinatura, e poderá derivar um ou mais contratos, que serão celebrados com prazo de validade ou enquanto houver cotas de produtos a serem fornecidos.

13.4 Na hipótese de não atendimento dos dispositivos anteriores, poderá a Administração Contratante proceder à convocação dos demais licitantes, observada a ordem de classificação, como faculta o artigo 64, § 2º, da Lei n.º 8666/93, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 81 da Lei n.º 8666/93;

14 REGISTRO DOS PREÇOS

14.1 Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e do fornecedor correspondente mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços pelo responsável pela Administração Municipal e pela(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

14.2 É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos deste edital, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após justificativa, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais.

14.3 A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços se fará através do email que deverá ser informado na parte externa dos envelopes de preço "A" e de habilitação "B", com registro de recebimento. Os representantes legais das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Modelo para assinarem a Ata, sob pena das sanções previstas neste Edital.



14.4 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços será considerado, como ato concreto, o simples fato de a empresa vencedora ter participado do certame licitatório e apresentado sua proposta final, para esta Comissão, tendo em vista a realização de Pregão.

14.5 A Ata de Registro de Preços que terá validade de 12 meses contados de sua assinatura.

14.6 O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior àqueles praticados no mercado.

14.7 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

14.8 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993. 15.6 Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão, ficando reduzido, automaticamente, o saldo remanescente no término de validade da(s) Ata(s).

16 CONTRATO

16.1 Após a assinatura da ata de registro de preços poderá ser celebrado o contrato ou contratos. (MODELO ANEXO VI)

16.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.3 O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

16.4 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.5 A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro, para a devida repactuação dos valores.

16.6 A repactuação poderá ser registrada por simples termo de apostilamento ao contrato inicial.

16.7 O contrato poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.8 Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d”, inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

16.9 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços e do Contrato, independente de transcrição.



17 FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 O pagamento será efetuado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) do valor total em até 5 (cinco) dias após o término das inscrições; 30% (trinta por cento) do valor total em até 5 (cinco) dias após a aplicação das provas objetivas; e 20% (vinte por cento) do valor total na entrega do relatório final do concurso.

17.2 Caso o serviço fornecido não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua adequação, sem prejuízo das sanções legais e do edital ao contratado.

17.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

17.4 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário. (MODELO ANEXO II)

18 PRAZOS CONDIÇÕES E LOCAL DE FORNECIMENTO DO OBJETO

18.1 O Prazo para entrega do objeto (conclusão do Concurso) será de **75 (setenta e cinco) dias contados da assinatura do termo contratual.**

18.2 A execução do objeto, conforme o item 2.1 desta licitação deverá ser realizado na cidade de Modelo, conforme previsto no contrato, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização do serviço.

18.3 Deixando o adjudicatário de fornecer o objeto licitado, poderá o Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e legais ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

19 PENALIDADES

19.1 Pelo atraso injustificado na entrega dos serviços objeto desta licitação, sujeita-se o contratado às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

19.1.1 Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

19.1.2 Pela inexecução total ou parcial das cláusulas do contrato, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total que não for entregue.

19.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.



20 GARANTIA CONTRATUAL

20.1 Não será exigida a prestação de garantia para aquisição resultante desta licitação, conforme estabelece o Inciso I, do artigo 5º da Lei n. 10.520/2002.

21 CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

21.1.1 Automaticamente:

21.1.1.1 por decurso de prazo de vigência;

21.1.1.2 quando não restarem fornecedores registrados;

21.1.1.3 pelo Município, quando caracterizado o interesse público.

21.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

21.2.1 A pedido, quando:

21.2.1.1 comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

21.2.1.2 o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

21.2.1.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

21.2.2 Por iniciativa do Município, quando:

21.2.2.1 o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

21.2.2.2 por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

21.2.2.3 o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

21.2.2.4 o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

21.2.2.5 caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

21.2.2.6 não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

21.3 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

22 DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.



22.2 A presente licitação poderá ser revogada em qualquer fase, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93.

22.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões no contrato, conforme previsto no art. 65 § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

22.4 Na contagem dos prazos estabelecidos do presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

22.5 Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

22.6 As normas que regem o presente certame serão interpretadas sempre em favor da proposta mais vantajosa para o município, respeitando-se a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não afrontem o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensas antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

22.8 O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a entrega total do material pelo (s) adjudicatário (s), devendo os licitantes retirá-los até 05 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

22.9 Após os lances verbais e antes da Homologação do resultado, a empresa vencedora deverá ratificar os preços de sua proposta conforme lances verbais.

22.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.11 O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por mútuo acordo ou conveniência administrativa, devendo as partes notificar com 30 (trinta) dias de antecedência, não cabendo nenhum valor a título de reclamação, indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.

22.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente.

22.13 O foro da cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

23 ANEXOS DO EDITAL

23.1 Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

23.1.1 **Anexo I** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

23.1.2 **Anexo II** – MODELO DE INFORMAÇÃO DOS DADOS BANCÁRIOS;

23.1.3 **Anexo III** – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE O DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII DA CF/88;

23.1.4 **Anexo IV** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SUSPENSÃO OU IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO;



23.1.5 Anexo V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

23.1.6 Anexo VI – MINUTA DO CONTRATO;

23.1.7 Anexo VII – INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PROPOTA DE PREÇO;

Modelo, SC, Quinta-Feira, 04 de abril de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal



ANEXO I

Processo nº. **536/2017** Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. **033/2017**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A signatária da presente (razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o número (número do CNPJ/MF), estabelecida (endereço completo), pela presente **DECLARA**, para todos os fins de lei e direitos que se encontra em plenas condições de dar cumprimento aos requisitos de habilitação do Processo Licitatório **536/2017**, da modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços com o nº. **033/2017**, nos termos do art. 4. VII, da Lei 10.520 de 17/07/2002.

DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações são fiéis e verdadeiras, não havendo omissões ou dados que possam induzir a equívocos de julgamento e **ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE** pelo conteúdo desta declaração.

A presente é emitida nesta data sem quaisquer ressalvas e/ou emendas a qualquer título.

_____, ____ de _____ de _____

Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa

Obs.: "Deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa".

Obs.: "Deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa".



ANEXO II

Processo nº. **536/2017** Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. **033/2017**

MODELO DE INFORMAÇÃO DOS DADOS BANCÁRIOS

Descrição do Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS, DE NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO, FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO, DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA DE MODELO, DAS VAGAS DISPONÍVEIS OU CARGOS CRIADOS APÓS HOMOLOGAÇÃO DO REFERIDO CONCURSO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.**

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Nome: _____

Declaramos que são da nossa inteira responsabilidade, os dados, preços e condições acima descritos.

Obs.: "Deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa".



ANEXO III

Processo nº. **536/2017** Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. **033/2017**

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE O DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

A signatária da presente, inscrita no CNPJ nº. (número do CNPJ/MF), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) (nome completo), portador da Carteira de Identidade nº. (número do RG), e do CPF nº. (número do CPF), **DECLARA**, para todos os fins de direito que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, na forma do artigo 7.º inciso XXXIII, da Constituição Federal.

“Ressalva: apenas se emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz informar aqui”.

DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações são fieis e verdadeiras, não havendo omissões ou dados que possam induzir a equívocos de julgamento e **ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE** pelo conteúdo desta declaração.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa

Obs.: “Deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa”.



ANEXO IV

Processo nº. **536/2017** Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. **033/2017**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SUSPENSÃO OU IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO
NA PRESENTE LICITAÇÃO**

A signatária da presente (razão social), estabelecida (endereço completo), cadastrada no CNPJ nº (número do CNPJ/MF), neste ato representada pelo(a) (nome completo), de nacionalidade (informar nacionalidade), (estado civil), residente (endereço completo), portador do CPF nº (número do CPF/MF) e da CI nº (número do RG), **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penas da Lei que inexistente fato de natureza fiscal ou comercial, suspensão ou impedimento da participação na presente licitação.

DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações são fiéis e verdadeiras, não havendo omissões ou dados que possam induzir a equívocos de julgamento e **ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE** pelo conteúdo desta declaração.

_____, ____ de _____ de _____.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa

Obs.: "Deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa".



ANEXO Nº V

Processo nº. 536/2017 Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. 033/2017

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/____

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **MUNICÍPIO DE MODELO** e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, aqui representada por seu _____, Sr. _____, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 033/2017, nos termos da Lei nº 10.520/02; do Decreto nº 7.892/13; do Decreto nº 3.555/00; do Decreto nº 5.450/05; do decreto nº 3.722/01; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS, DE NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO, FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO, DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA DE MODELO, DAS VAGAS DISPONÍVEIS OU CARGOS CRIADOS APÓS HOMOLOGAÇÃO DO REFERIDO CONCURSO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**, conforme especificações a seguir:

Lote	Item	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	1	CONCURSO NÍVEL SUPERIOR. AVALIAÇÃO OBJETIVA.	un	10,0000		
1	2	CONCURSO NÍVEL SUPERIOR. AVALIAÇÃO OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS.	un	10,0000		
1	3	CONCURSO NÍVEL MÉDIO. AVALIAÇÃO OBJETIVA.	un	10,0000		
1	4	CONCURSO NÍVEL MÉDIO. AVALIAÇÃO OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS.	un	8,0000		
1	5	CONCURSO NÍVEL FUNDAMENTAL. AVALIAÇÃO OBJETIVA.	un	5,0000		
1	6	CONCURSO NÍVEL ALFABETIZADO. AVALIAÇÃO OBJETIVA.	un	4,0000		
1	7	CONCURSO NÍVEL ALFABETIZADO. AVALIAÇÃO OBJETIVA E PRÁTICA	un	4,0000		



CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

1 A presente Ata de Registro de Preços terá **validade de 12 (doze) meses** consecutivos contados da data de assinatura.

2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município de Modelo não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 Os preços, durante a vigência da Ata, **serão fixos e irrevogáveis**, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços será (ao) pago(s) na possível Contratação de serviços para realização de concurso público no município de modelo/SC, especificado(s) no Clausula Primeira desta ata de registro de preços.

2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1 O Prazo para entrega do objeto (conclusão do Concurso) será de **75 (Setenta e cinco) dias contados da assinatura do termo contratual.**

2 A execução do objeto deverá ser realizado conforme previsto no Edital e Contrato correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização do serviço.

3 Imediatamente após a entrega dos produtos, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável.

4 No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos produtos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes da **cláusula sétima e seus subitens.**



CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

1 O pagamento será efetuado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) do valor total em até 5 (cinco) dias após o término das inscrições; 30% (trinta por cento) do valor total em até 5 (cinco) dias após a aplicação das provas objetivas; e 20% (vinte por cento) do valor total na entrega do relatório final do concurso. Caso o serviço fornecido não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua adequação.

2 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

3 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário na proposta (detalhe – Anexo II).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1 Pelo atraso injustificado na entrega dos serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita (m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

1.1 multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

1.2 pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1 Automaticamente:

1.1.1 por decurso de prazo de vigência;

1.1.2 quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3 quando caracterizado o interesse público.

1.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1 A pedido, quando:

1.2.1.1 comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.1.2 o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.



1.2.1.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3 Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1 o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;

1.3.2 por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3 o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4 o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5 caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6 não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 033/2017 e as propostas das empresas detentora.

2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Modelo, SC _____ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE MODELO

DETENTORA



ANEXO Nº VI

Processo nº. **536/2017** Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. **033/2017**

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/____

MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio, nº 1.304, Cento, Modelo/SC, CEP 89.872-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor _____, (nacionalidade), (estado civil), portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, Bairro _____, na Cidade de Modelo – SC, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede na _____ na Cidade de _____, por seu sócio administrador, Sr(a). _____, _____, _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, doravante somente denominado de **CONTRATADO**;

Tem de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e 8.883/94, certos e ajustados, resolvem contratar o objeto do presente contrato pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 O presente contrato consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS, DE NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO, FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO, DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA DE MODELO, DAS VAGAS DISPONÍVEIS OU CARGOS CRIADOS APÓS HOMOLOGAÇÃO DO REFERIDO CONCURSO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**, conforme especificações a seguir:

Lote	Item	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	1	CONCURSO NIVEL SUPERIOR. AVALIAÇÃO OBJETIVA.	un	10,0000		
1	2	CONCURSO NÍVEL SUPERIOR. AVALIAÇÃO OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS.	un	10,0000		
1	3	CONCURSO NÍVEL MÉDIO. AVALIAÇÃO OBJETIVA.	un	10,0000		
1	4	CONCURSO NÍVEL MÉDIO. AVALIAÇÃO OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS.	un	8,0000		
1	5	CONCURSO NÍVEL FUNDAMENTAL. AVALIAÇÃO OBJETIVA.	un	5,0000		
1	6	CONCURSO NÍVEL ALFABETIZADO. AVALIAÇÃO OBJETIVA.	un	4,0000		



1	7	CONCURSO NÍVEL ALFABETIZADO. AVALIAÇÃO OBJETIVA E PRÁTICA	un	4,0000		
---	---	---	----	--------	--	--

1.1 Responsabilidades da contratada

1.1.1 A contratada responsabilizar-se-á pelo planejamento e execução do concurso público, devendo atender às seguintes etapas:

1.1.1.1 Elaboração do Edital de Concurso Público – Alocar técnicos de nível superior com experiência comprovada em elaboração de editais – tanto quanto ao aspecto técnico quanto ao legal – para prestarem assessoria e deliberarem, juntamente com a Comissão de Concurso instituída pelo Executivo Municipal, o planejamento e a elaboração do certame, abrangendo atividades tais como: prestar informações gerais sobre o concurso aos interessados, realizar os procedimentos de inscrições, definir os tipos de provas (quadro de provas e detalhamento), realizar a aplicação das provas (objetivas, títulos e práticas), analisar e decidir sobre recursos, definir critérios de classificação dos candidatos, homologações, realizar outras atividades pertinentes e necessárias ao perfeito desenvolvimento do presente certame. O Edital deverá prever a reserva de 5% (cinco por cento) do total das vagas para PNEs – portadores de necessidades especiais. A **CONTRATANTE** estabelecerá os valores das inscrições e indicará a conta bancária do Município na qual serão recebidas.

1.1.1.2 Divulgação do Concurso Público – no site da contratada.

1.1.1.3 Alocação de candidatos para realização de provas objetivas – a data de realização das provas objetivas será decidida em conjunto com a Comissão de Concurso, devendo os candidatos ser alocados por escola e salas, com emissão das seguintes listagens e obediência às regras:

1.1.1.3.1 Listagem de candidatos por sala, devendo ser afixada na entrada de cada uma;

1.1.1.3.2 Lista de presença de candidatos por sala, contendo nome e cargo pretendido;

1.1.1.3.3 Listagem dos candidatos portadores de necessidades especiais que requisitarem provas especiais;

1.1.1.3.4 Será de responsabilidade da contratada a disponibilização de 1 (um) fiscal por sala para o dia das provas.

1.1.1.4 Elaboração das provas objetivas e acondicionamento – a banca examinadora deverá elaborar questões inéditas, e o procedimento de confecção e entrega das provas deverá seguir a sequência abaixo descrita:

1.1.1.4.1 Preparo das provas - compatibilizar as questões com o edital, revisar gramaticalmente e tecnicamente as questões, elaborar instruções gerais para os candidatos, diagramar.

1.1.1.4.2 Reprodução das provas – deverão ser impressas sob absoluto controle e sigilo, devendo ser armazenadas em malotes lacrados.

1.1.1.4.3 Empacotamento e distribuição – em local apropriado, mantendo-se sigilo absoluto; as provas deverão ser organizadas em malotes lacrados, etiquetados por cargo e sala, juntamente com os cartões ópticos de respostas correspondentes; os envelopes deverão ser acondicionados em caixas, também lacradas.

1.1.1.4.4 Transporte das provas – as caixas de provas deverão ser transportadas em malotes apropriados, devidamente lacrados, até a escola onde serão aplicadas.

1.1.1.5 Aplicação das provas objetivas – para aplicação das provas, além das listagens relacionadas no item “c” e seus subitens, deverão ser reproduzidos os seguintes materiais:



1.1.1.5.1 Caderno de questões em número suficiente para os candidatos inscritos, com a quantidade de questões e características previamente acertadas com a Comissão de Concurso. Em cada caderno de prova deverá ficar caracterizado, em destaque, o cargo pretendido, bem como as instruções gerais para a realização da prova pelo candidato.

1.1.1.5.2 Cartões ópticos de respostas, adequados ao número de questões, com cabeçalho personalizado para cada candidato, com o local para preenchimento do nome, documento de identidade, data de nascimento, endereço, cidade, telefone e assinatura. O cartão óptico deverá, para fins de não identificação do candidato no momento da correção, ser picotado e partes destacadas conter código de barras ou outro critério para posterior identificação.

1.1.1.5.3 Deverão ser preparados conjuntos de materiais para coordenadores e fiscais, contendo: canetas, pincéis atômicos, fitas adesivas, crachás, clips, estilete, marca texto, envelopes e folhas.

1.1.1.5.4 Os fiscais do Município, com antecedência, deverão ser orientados sobre os procedimentos e condutas a serem seguidos durante a aplicação das provas.

1.1.1.5.5 No final da aplicação das provas objetivas, todo o material deverá ser recolhido e conferido pelos responsáveis da empresa.

1.1.1.6 Divulgação do gabarito – no prazo estabelecido com a Comissão de Concurso, deverá ser fornecido, para fins de divulgação aos candidatos, o gabarito das provas, na formatação adequada.

1.1.1.7 Correção das provas objetivas - Deverá ser feita a leitura dos cartões de resposta na sede da contratante, através de leitora óptica, fazendo-se a crítica da gravação da leitura. No caso de eventuais recursos, se procedentes, deverão ser corrigidos os resultados, em função das alterações, na sede da contratada. Durante esse processo, e ao seu final, deverão ser emitidos os respectivos relatórios, contendo número de acertos, pontos dos candidatos nas provas, notas dos candidatos para publicação e outros dados que sejam necessários.

1.1.1.8 Análise de recursos quanto às provas objetivas – a coleta de recursos deverá ser promovida protocolando-os segundo as regras definidas em edital; deverão ser encaminhados à banca de especialistas da contratada para análise. A contratada fundamentará as respostas para os candidatos interessados. Quando for necessário, deverão ser corrigidas as notas das provas. A contratada deverá responder administrativa e juridicamente os recursos porventura apresentados.

1.1.1.9 Classificação e desempate de candidatos – conforme previsto no edital, deverão ser somados os resultados das provas, que poderão ser classificatórias e/ou eliminatórias, definindo-se a classificação final dos candidatos em ordem decrescente.

1.1.1.9.1 No caso de empate entre candidatos, a contratada deverá providenciar o desempate final conforme previsto no Edital. A partir daí, deverá ser gerado o resultado final do concurso, através de relatório de acordo com o modelo adequado.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

1 A CONTRATANTE pagará a contratada o valor total de R\$ _____ (_____), pelo fornecimento do objeto nas condições estabelecidas neste contrato.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

1 O pagamento será efetuado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) do valor total em até 5 (cinco) dias após o término das inscrições; 30% (trinta por cento) do valor total em até 5 (cinco) dias



após a aplicação das provas objetivas; e 20% (vinte por cento) do valor total na entrega do relatório final do concurso.

2 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

3 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLAUSULA QUARTA - DO PRAZO DA ENTREGA DO OBJETO

1 O prazo máximo para execução dos serviços será de 75 (setenta e cinco dias), contados da assinatura do termo contratual.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1 A CONTRATANTE obrigará-se-á:

1.1 Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado apresentação do serviço;

1.2 Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações nos objetos fornecidos.

1.3 Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1 A CONTRATADA obriga – se - á:

1.1 Entregar objeto licitado no prazo estabelecido, obedecendo rigorosamente os critérios estabelecidos neste contrato;

1.2 Permitir que os prepostos do Município inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora o andamento e as especificações dos materiais a ser entregue.

1.3 Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias na prestação dos serviços contratados. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

1.4 É da CONTRATADA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços, em qualquer esfera.

1.5 Assumir as despesas decorrentes de transporte ferramentas e equipamentos, necessários a entrega do objeto licitado ate o município.

CLAUSULA SETIMA – DA INADIMPLÊNCIA

1 Em caso de inexecução contratual prevista no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, por culpa da contratada, fica estabelecida a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, atualizado pelos índices oficiais.



CLAUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

1 O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido nenhum outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento

CLAUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 Será utilizada para o objeto do presente contrato a dotação orçamentária do orçamento vigente.

CLAUSULA DÉCIMA – DO FORO

1 Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 Fica designado como fiscal deste contrato o(a) servidor(a) _____.

2 Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

3 Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

4 Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente ao representante legal da CONTRATADA.

5 Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94.

6 E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Modelo/SC, aos _____ de _____ de _____.

Contratante:

Contratada:

Testemunhas:

Nome:

Nome:

GILNEI ROBERTO VOGEL
OAB/SC N° 11.283
Assessor Jurídico